



ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS NA MÍDIA BRASILEIRA

MACIOSEK, Gabriella Candida

Resumo

Este trabalho busca analisar três portais de notícias para entender a forma como eles abordam as mulheres nas Forças Armadas em seus respectivos veículos. A metodologia compreende em buscar quantas vezes elas estiveram em evidência na mídia durante o período de agosto de 2012 à fevereiro de 2017. Também foi analisado a forma e o gênero jornalístico em que as matérias encontradas se encaixam para entendermos o conteúdo publicado. A finalidade deste trabalho busca-se produzir um livro-reportagem que conte histórias dessas mulheres, abordando diferentes contextos do que os veículos de comunicação produzem.

Palavras-chave: Jornalismo; Mulheres nas Forças Armadas; Forças Armadas; Representação Social; Livro-reportagem.

INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Defesa, em 2015 a Marinha possuía 7.975 mulheres em seu efetivo total, o Exército 8.101 e a Forças Aérea 9.820 mulheres. Após o Exército informar que em 2017 a abririam a primeira turma feminina na escola de cadetes – escola que prepara soldados para a linha bélica – cerca de cinco mil mulheres se inscrevem para 40 vagas, segundo o portal de notícias G1.

A proposta deste estudo é investigar como que as mulheres nas Forças Armadas são representadas pelos meios de comunicação e como a profissão é vista pelas próprias mulheres. O estudo será realizado por meio de análise quantitativa do conteúdo que saiu nos três portais escolhidos: Gazeta do Povo, Folha de São Paulo e G1. A partir disso, é feito uma análise dos gêneros jornalísticos em qual as matérias se encaixam e quantas delas trazem alguma problematização.

Com essa análise de conteúdo, é possível compreender como essas mulheres são representadas, como os meios de comunicação abordam o tema e partir disso, encontrar uma outra forma de abordar o tema, pois a finalidade deste trabalho busca-se escrever um livro-reportagem abordando histórias de mulheres que escolheram essa profissão.

MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Neste capítulo do artigo, será apresentado a inserção de mulheres nas Forças Armadas brasileiras e como foi o processo delas até os dias atuais, em que abriram a primeira turma na Escola de Cadetes.

As mulheres passaram a se inserir nas Forças Armadas, a partir de 1943, por solicitação do governo norte-americano, em que foi criado o Corpo de Enfermeiras de Reserva do Exército de Serviço da Saúde, em que houve a participação de 73 enfermeiras na Itália. Foram convocadas voluntárias que possuísem qualquer qualificação para o serviço de enfermagem. Após isso, todas foram para os Estados Unidos, onde seria o treinamento e em seguida foram para a Itália. Após a guerra, todas se desligaram do exército (Rovina e Souza, 2015, p.8).

As mulheres só começaram a integrar oficialmente as Forças Armadas Brasileiras a partir da década de 1980, primeiramente na Marinha, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da Marinha (CAFRM) e atuavam apenas em funções administrativas, técnicas e da saúde (Caire *apud* Rovina e Souza, 2015).

Um ano depois, foi sancionada a Lei 6924 de 29/06/1981 em que permitiu o primeiro ingresso da 1ª turma de mulheres na Força Aérea (FAB), graduadas como 2º tenentes, 3º Sargentos e Cabos. Apenas onze anos depois, em 1992, foi permitido o ingresso da 1ª turma de 29 mulheres na escola de administração do Exército, em Salvador, na Bahia. Dois anos depois foi decretado que as mulheres são permitidas a prestarem Serviço Militar Voluntário nas Forças Armadas, segundo critérios de cada uma das Forças. (Bruschini; Lombardi; Mercado, 2008)

Segundo os dados do Ministério da Defesa, em 2015, foi constatado que as mulheres são 7% do efetivo total de defesa do país, sendo a Marinha a primeira força a agregar mulheres na defesa do país. Elas são 9,78% do efetivo total de 81.477 oficiais e praças da Força Naval.

Na Força Aérea, que criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), em 1981, são 14% de mulheres entre seus 70.148 integrantes. Desde 2003, a FAV recebe mulheres no curso de formação de oficiais aviadores, que forma pilotos de caça. No exército, o número de mulheres é menor, apenas 3,7% do total de 218.764 integrantes.

Diferente dos homens, o serviço militar não é obrigatório para as mulheres, mas voluntário. Segundo o Decreto nº 63.704, o § 3º do artigo 1º que dispõe o seguinte: “É permitida a prestação do Serviço Militar, na forma deste regulamento, pelas mulheres que forem voluntárias”.

Em agosto de 2012 a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.705 em que permite que militares do sexo feminino atuem como combatentes do Exército Brasileiro em áreas que eram apenas restritas a homens. Após essa lei ser sancionada, a presidente deu um prazo de até cinco anos para que as escolas militares se prepararem para integrar alunas à EsPCEEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército), à Aman (Academia

Militar das Agulhas Negras, escola de oficiais), em Resende (RJ), e praças profissionais à Escola de Sargentos das Armas (ESA), em Três Corações (MG).

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CONFRONTOS NO BRASIL

Por mais que não se fale muito da participação das mulheres no militarismo ou na história dos confrontos em nosso país, algumas se destacaram em seu papel como militantes, o que nos mostra que as mulheres sempre estiveram presentes em áreas de conflitos e lutando ao lado de homens como iguais.

A primeira mulher vista em conflito no Brasil foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros, em 1823, na luta da independência. Há também relatos de mulheres que combateram na Batalha de Tuiuti (uma das maiores batalhas na Guerra do Paraguai), atuando em diversas áreas como enfermeiras e combatentes. Outra mulher que obteve certo destaque foi a Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi, foi chamada de “heroína dos dois mundos” por lutar na América Latina e Itália. (Rovina e Souza, 2015, p.8).

Posteriormente, entre a década de 20 e 30, na região Nordeste do país, também houve uma outra mulher que obteve destaque por estar entre homens e participar dos conflitos, foi a Maria Gomes de Oliveira, mais conhecida como, Maria Bonita. Ela foi conhecida como por romper de maneira radical as normas da sociedade brasileira na época (Freitas, 2005, p.134).

Maria Bonita foi esposa de Lampião, também conhecido como “Rei do Cangaço” e o acompanhava em suas ações no sertão nordestino. Um dos escritores que mais escreveu poemas sobre ela, Antônio Teodoro dos Santos, a coloca ao lado de guerreiras como a francesa Joana D’Arc, das brasileiras Anita Garibaldi, Ana Neri e Maria Quitéria, mulheres famosas pela coragem e determinação que demonstraram na luta pela defesa de seus ideais (Id, 2005, p.136).

Não podemos esquecer de Olga Benário Prestes, judia comunista, que lutou ao lado de seu marido Luis Carlos Prestes, contra a ditadura de Getúlio

Vargas e que no final foi entregue grávida a Hitler, pelo próprio governo na época.

Posteriormente, no período da ditadura militar (1964 – 1985), muitas mulheres desafiaram o papel feminino tradicional, participando do movimento estudantil, partidos, sindicatos. (Instituto Vladimir Herzog, 2016)¹. Também, ainda que sempre em menor número que os homens, pegaram em armas, na tentativa de derrubar o regime militar:

Pelo menos uma centena de mulheres, na maioria jovens de menos de 30 anos e estudantes universitárias, tomaram parte diretamente na luta armada. Muitas delas foram presas e outras tantas assassinadas. Elas ficaram conhecidas pela coragem e por participações arrojadas nas ações armadas. Não foi a quantidade de mulheres participando dessas organizações que rompeu com os papéis tradicionais, mas a qualidade dessa atuação (Instituto Vladimir Herzog, 2016).

Não eram apenas jovens mulheres de classe média e universitárias que se organizavam durante o regime militar. A rápida urbanização das cidades brasileiras, principalmente São Paulo, que foi ocupada por imigrantes de várias partes do Brasil, como Nordeste e Minas Gerais, fez a organização se expandir para às periferias.

Mas não era só na grande São Paulo que mulheres estavam se reunindo e se envolvendo em conflitos políticos. Na mesma época, estava ocorrendo a Guerrilha no Araguaia iniciada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na região Sul do Pará, pois acreditavam que não era possível realizar mudanças concretas na sociedade, sem recorrer ao auxílio de armas.

Essa concepção foi reforçada após o golpe de 1964 quando os meios institucionais de atuação foram bloqueados e a ditadura foi avançando cada vez mais na privação dos direitos dos cidadãos:

A guerrilha começou a ser estruturada na prática em 1966, quando os primeiros militantes chegaram ao local, estabelecendo residência, e durou até fins de 1974, quando ocorreram os últimos combates. Expressou o tipo de luta considerado ideal pelo partido: a guerrilha rural. (GUERRA, 2006, p.20).

¹ Site Instituto Vladimir Herzog no acervo “Memórias da Ditadura”. Pode ser encontrado aqui: <http://memoriasdaditadura.org.br/>

A estratégia dos militantes era interagir com a população local, dando-lhe assistência no que fosse possível, para posteriormente conquistar seu apoio e adesão à luta, mas em 1972, as Forças Armadas descobriram a existência de um “foco subversivo” no sul do Pará. Ocuparam a região, lançando mão de variadas formas de violência para prender os militantes, a quem chamavam de “terroristas.” (PAULA, 2006)

Na guerrilha não havia apenas homens, mas também mulheres armadas lutando por essa causa, sendo que algumas desapareceram, seus corpos nunca foram encontrados e são consideradas desaparecidas políticas.

Segundo Guerra (2006), mesmo que as organizações de esquerda questionassem o modelo de sociedade instituído, ainda assim havia distinção no interior das organizações: eram poucas as mulheres que assumiram cargos de direção e liderança, pois na época a sociedade ainda era muito machista. E a repressão construiu uma imagem da mulher militante que acabou de divergindo, pois não seguia os padrões da sociedade conservadora que a ditadura pregava:

A mulher que ousasse romper os padrões vigentes, participando da esfera pública/política, era vista como uma “puta comunista” e, conforme o relato de várias mulheres presentes nos trabalhos citados, era assim que os agentes da repressão se referiam a elas, principalmente durante os interrogatórios e as sessões de tortura. (Id,p. 47).

Em março de 2013, o portal de notícias Agência Brasil informou que os parentes de amigos de quatro mulheres militantes do PCdoB que desapareceram durante a ditadura militar prestaram depoimento naquele mês, em uma audiência pública em São Paulo.

Os parentes cobraram mais empenho na localização de restos mortais das militantes. A Lei 9.140/1995, - que reconhece como mortos os desaparecidos da ditadura -, disse que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos só iria investigar e buscar desde que surgissem novas provas. O que caberia os familiares das vítimas de providenciar.

METODOLOGIA

Para entender como as mulheres nas Forças Armadas são representadas no meio de comunicação foi feito uma pesquisa com três meios jornalísticos: Gazeta do Povo, Folha de São Paulo e o portal de notícias G1.

O método de pesquisa escolhido para essa pesquisa foi a análise de discurso. Dentro desse método há análise quantitativa, em que permite avaliar quantas vezes o tema escolhido saiu nos meios midiáticos. Além da análise qualitativa, a análise temática que permite uma maior compreensão dos textos e guia o processo lógico de pensamento. Após isso, foi feita uma análise crítica e interpretativa, em que se associa as ideias do meu conhecimento com o que está sendo pesquisado e lido, além de correlacionar com outros autores, que nesse caso, é os outros jornais digitais que estão abordando o mesmo tema (Marconi; Nakato, 2003, p.33)

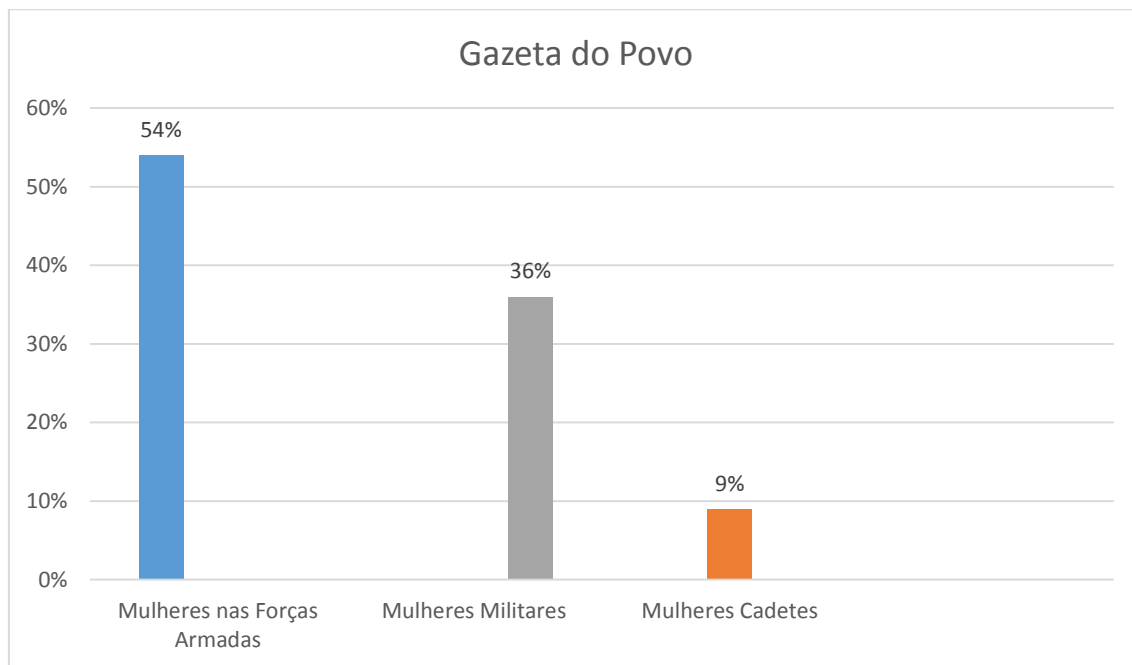
O período de análise foi entre agosto de 2012 até fevereiro de 2017, o período em que a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.705 em que permite que militares do sexo feminino atuem como combatentes do Exército Brasileiro em áreas que eram apenas restritas a homens, até fevereiro de 2017 em que as mulheres já estão na escola preparatória.

As palavras chaves escolhidas para a pesquisa nos portais de notícias online foram, Mulheres Militares; Mulheres nas Forças Armadas; Mulheres Cadetes. Na pesquisa quantitativa, fui a cada portal midiático e avalei quantas matérias foram publicadas com cada uma dessas palavras chaves a partir de 2012.

Após isso, analisei em qual gênero e formato jornalístico as matérias se encaixavam. Segundo (Bakhtin apud Melo; Assis, p.43), há dois fatores que determinam a configuração de gêneros textuais comunicativos, estilísticos e orgânicos. O primeiro representa formas de expressão coletivas ou individuais, em que um artigo ou editorial pode se encaixar. O estilo orgânico, é adequação funcional às diferentes esferas da atividade humana, em que matérias jornalísticas se encaixam.

RESULTADO DA PESQUISA

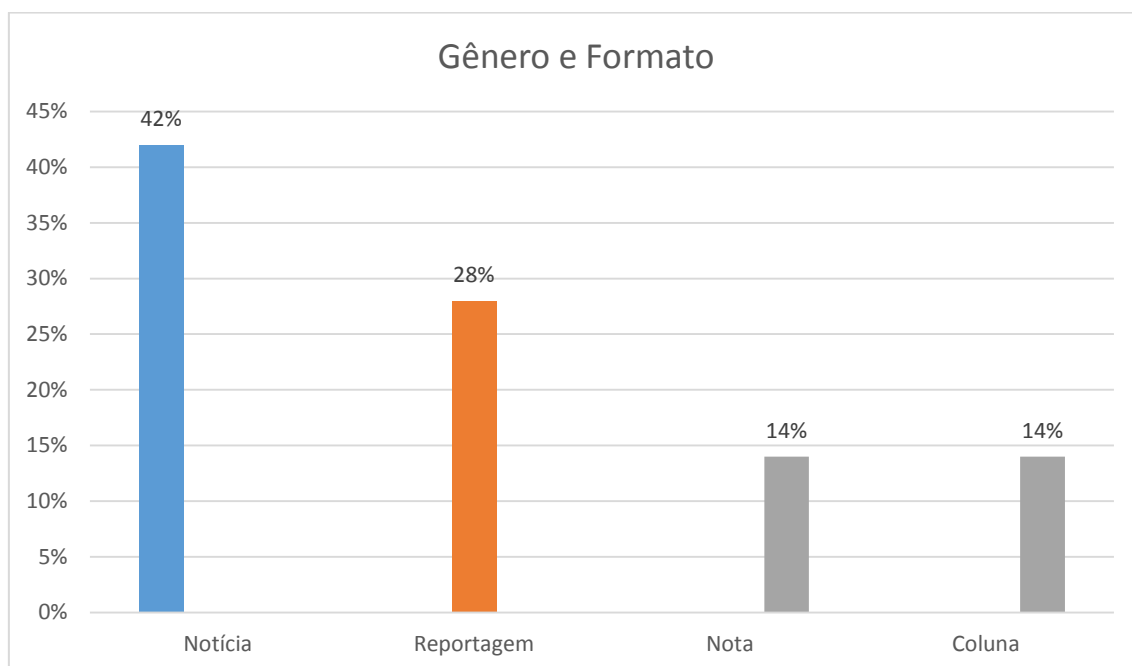
A análise começou no jornal Gazeta do Povo e esses foram os resultados obtidos em cada um dos termos:



Sendo que esses são os resultados de reportagens encontradas em 2012, 2015 e 2016. Sendo que 27% encontradas nessas palavras-chaves eram sobre mulheres militares da Polícia Militar (PM) e Bombeiros. Não foram encontrados nenhuma matéria ou reportagem em 2013 e 2014.

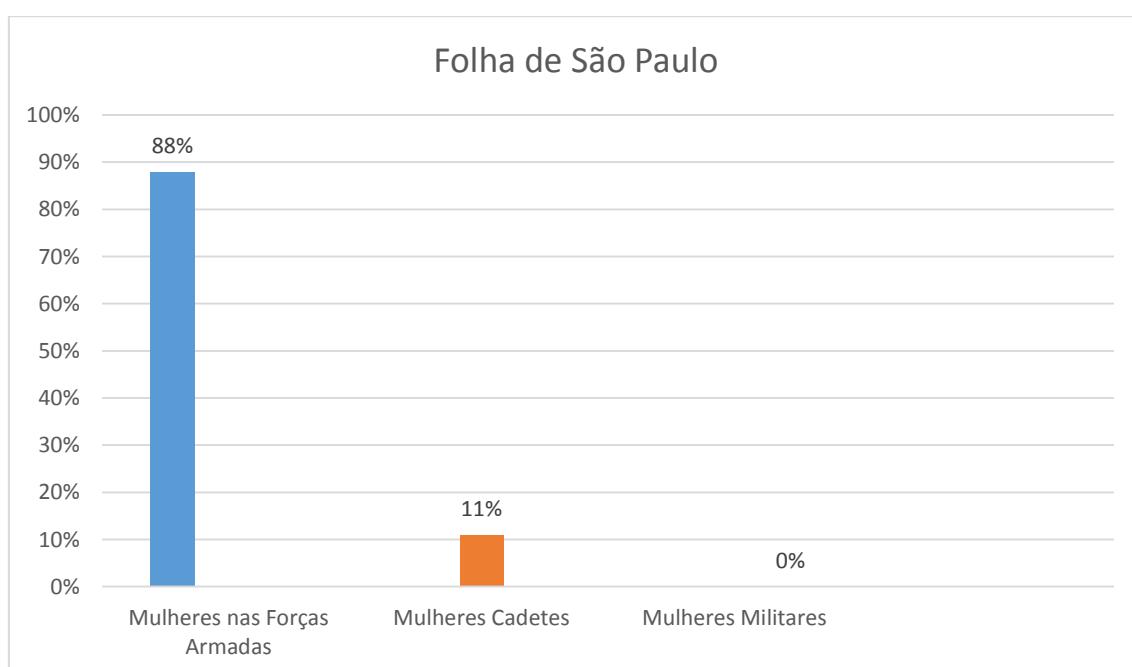
No jornal Gazeta do Povo, as reportagens analisadas durante o período citado acima, possuíam o gênero informativo, isto é, um jornalismo que prima pela narração de fatos, relatos e informação (Assis; Melo; 2016.p.50).

Segundo Bertocchi (2005), nesse gênero encontramos os formatos nota, notícia, reportagem e entrevista. Sendo que formato 'notícia' tem como objetivo noticiar acontecimentos pontuais e factuais. O formato 'reportagem' tem como objetivo noticiar esses mesmos eventos, mas também apresenta outros fatores e traz discussões mais aprofundadas sobre a questão. O formato 'nota', tem a mesma função de informar, só que de uma maneira bem breve sobre o assunto e o formato 'entrevista', tem como objetivo passar a informação só que com as palavras da fonte, sendo que nenhuma informação é escrita pelo jornalista, mas sim retirada de uma entrevista com o personagem.



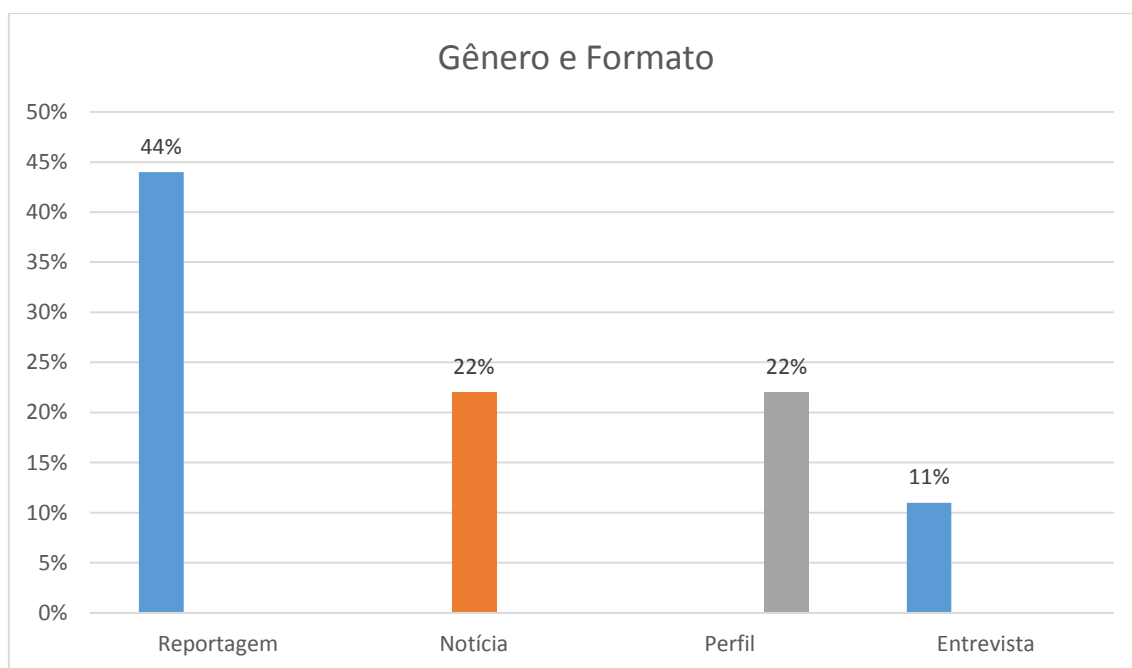
Percebe-se que foi encontrado o gênero opinativo, isto é, um gênero em que o jornalista usa também sua própria opinião para escrever uma matéria. Nesse gênero, é encontrados os formatos, editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica.

Na plataforma online da Folha de São Paulo foram pesquisadas resultados com os mesmos termos:



Não foram localizadas reportagens ou notícias com o termo “Mulheres Militares”, e os outros resultados foram obtidos no período de 2012, 2013, 2014 e 2016. Não foram encontrados resultados em 2015 e em fevereiro de 2017, o qual a pesquisa termina.

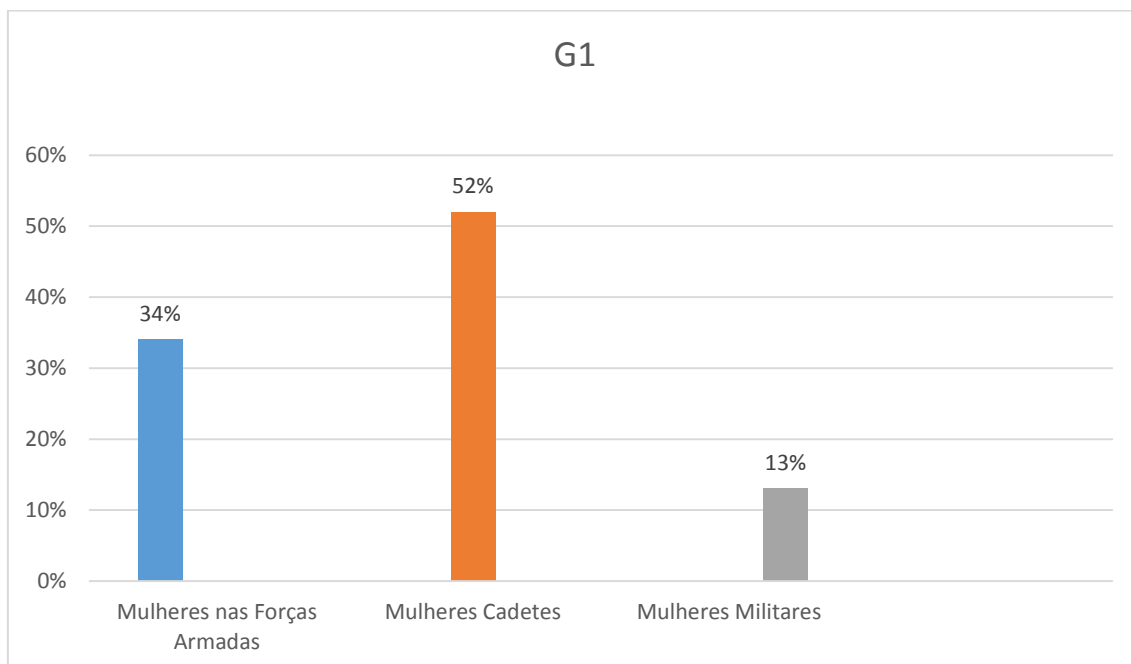
Ao analisar os gêneros e seus formatos, a maioria dos resultados são do gênero informativo² e do gênero interpretativo.



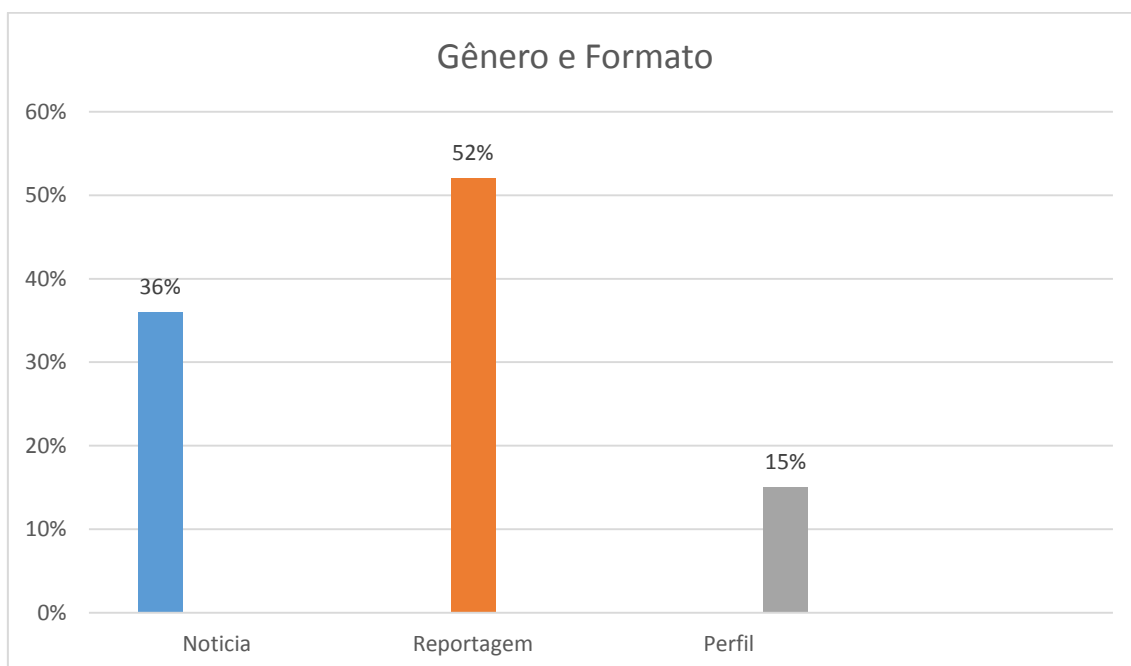
No gênero interpretativo é encontrado os formatos, análise, perfil, enquete, cronologia e dossiê. Neste gênero não temos só a informação, mas uma interpretação mais aprofundada para entendermos uma situação. Neste caso, o jornalista precisa entender mais do assunto para escrevê-lo. No formato encontrado na pesquisa, o “perfil”, é quando escolhemos um personagem para contarmos sua história e sua trajetória.

No portal de notícias G1, foi feita a mesma pesquisa com as mesmas palavras-chaves:

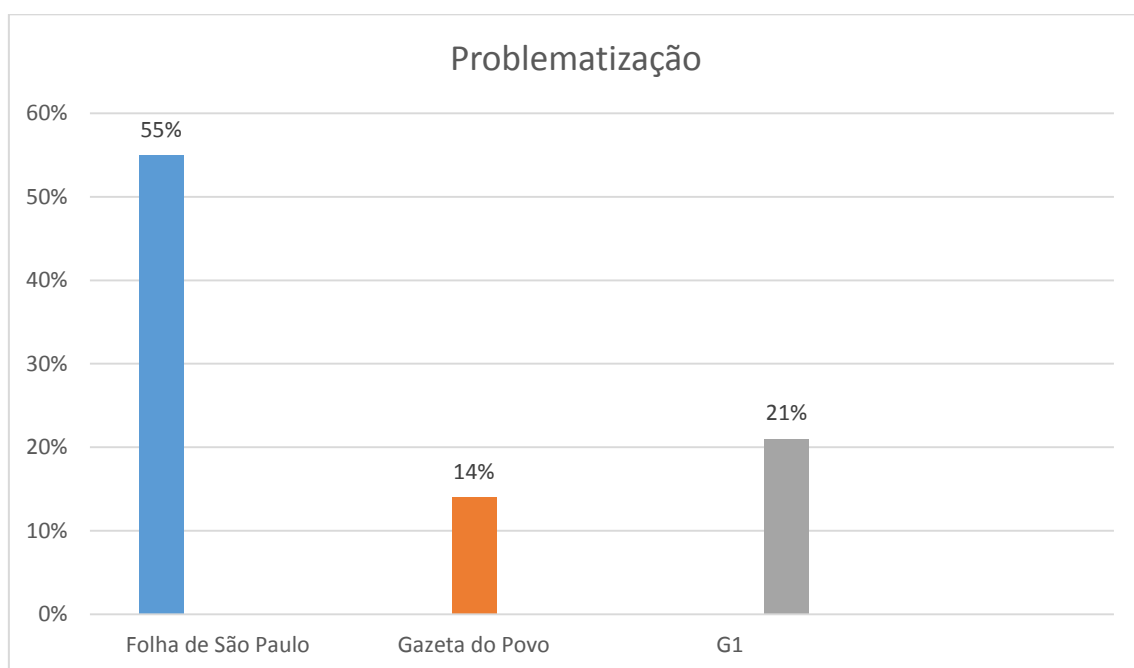
² Explicado a diferença de cada um acima.



Foram encontrados resultados em todos os anos, menos em 2013. E de todos os resultados obtidos, 8% não são sobre mulheres das Forças Armadas, mas sim, mulheres da PM e Bombeiros, e 17% as mulheres são apenas citadas que podem se inscrever em qualquer uma das Forças Armadas.



Como podemos ver nos gráficos acima, o maior resultado das pesquisas tanto na Gazeta do Povo, Folha de São Paulo e G1, são matérias de que entram no gênero informativo, sendo que maioria entra na categoria “reportagem”, em que o jornalista não só informa sobre o tema, mas se aprofunda na discussão, trazendo mais informações. Também foi analisado se as reportagens problematizam ou abordam dificuldades das mulheres nesses ambientes de trabalho.



Por mais que o gênero que se destaca nos resultados obtidos é o de “reportagem”, o conteúdo dos portais de notícias abordam quase é sempre o mesmo: sobre as regras de vestimenta, sobre não poder usar maquiagem, entre outras regras que não trazem nenhuma novidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que os meios de comunicação estão pautando cada vez mais as mulheres no mercado de trabalho, sendo as mulheres nas Forças Armadas uma delas, mas esses meios abordam mais a conquista delas no mercado, o que é muito importante, mas não explicam mais a fundo o papel delas na profissão.

Com essa pesquisa foi analisado assuntos que não foram abordados pelos meios de comunicação sobre o tema. E com isso, foi verificado um outro meio jornalístico mais apropriado em que pudesse abordar com mais profundidade o tema, o livro-reportagem. Este meio de comunicação dará uma liberdade maior para discorrer histórias de diferentes mulheres que estão na profissão, de forma mais aprofundada trazendo debates sociais e acadêmico.

Portanto produzir um livro-reportagem é o meio mais adequado para contar a história dessas mulheres que estão nessa profissão a mais de vinte anos, isto porque, com este produto, o leitor tem a facilidade de ler e reler as histórias, diferente de um jornal comum ou de reportagens online, que se perdem com o tempo, pois a demanda de notícias é grande, o livro-reportagem possui uma expectativa vida útil é bem maior.

Referências

BERTOCCHI, Daniela. **Gêneros Jornalísticos em Espaços Digitais**. 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bertocchi-daniela-generos-jornalisticos-espacos-digitais.pdf>>. Acessado em 7 de setembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. **LEI No 4.375, de 17 de agosto de 1964. Cria a Lei Da Natureza, Obrigatoriedade e Duração do Serviço Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm>. Acessado em 2 de novembro de 2016.

BRASIL. Agência. **Comissão da Verdade de SP ouve parentes de mulheres que sumiram na guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-07/comissao-da-verdade-de-sp-ouve-parentes-de-mulheres-que-sumiram-na-guerrilha-do-araguaia>>. Acesso em 4 de março de 2017.

DEFESA. Ministério. **Mulheres se destacam nas Forças Armadas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/03/mulheres-se-destacam-nas-forcas-armadas>> Acessado em: 7 de setembro de 2017

FREITAS. Ana Paula Saraiva. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações**. 2005. Disponível em: <

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93408> > Acessado em: 14 de agosto de 2017.

GUERRA, Fabiana de Paula. **Araguaia:** desvelando silêncios a atuação das mulheres na guerrilha. 2006. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/De_Paula_Guerra.pdf>. Acesso em 4 de março de 2017.

HERZOG, Instituto Vladimir. **Mulheres.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>> Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. **Gêneros e Formatos Jornalísticos: Um modelo Classificatório.** 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>> Acessado em 6 de abril de 2017.

ROVINA, Maia Peregrine Denise; Souza, Souza Freitas, de Lúcia Neyde. **A Mulher Militar Brasileira:** Conquistando Mares, Alçando Voos e Desbravando Terras. 2015. Publicação na Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro.